



## **PARECER JURÍDICO**

### **ADVOGADA DO LEGISLATIVO**

#### **PROJETO DE LEI N.º 18/2024**

**EMENTA:** Autoriza o executivo municipal a abrir crédito especial para utilização de recurso recebido do FNDE para o Programa Escola em Tempo Integral.

### **I - DO RELATÓRIO**

Foi solicitado parecer jurídico pela Presidente da Câmara Municipal acerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 18/2024 oriundo do Poder Executivo que trata de abertura de crédito especial.

CÂMARA MUNICIPAL  
BOM JESUS DA PENHA  
PROTOCOLO Nº 3024/2024  
LIVRO Nº 01 FLS. 629  
DATA 07/06/2024  
[Assinatura]  
ENCARREGADO

### **II – DO PARECER**

#### **2.1. Da Competência e Iniciativa**

O Projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Advogada Jurídica Opina favorável a tramitação do Projeto de Lei em comento.

#### **2.2. Da Legislação Federal Vigente**

Um dos objetivos do sistema orçamentário inaugurado pela Constituição da República de 1988 é exatamente o de permitir o controle sobre os recursos públicos e o equilíbrio orçamentário. Talvez por isso, o artigo 167 da Constituição Federal elenca vedações orçamentárias que, de algum modo, não possibilitariam alcançar-se o controle dos recursos ou o equilíbrio orçamentário, dentre elas se destacam:



**CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA**  
**CNPJ 05.679.293/0001-07**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

*Projeto de Lei n.º 18/2024*

- a) Programas e projetos não podem ser iniciados sem que estejam incluídos na lei orçamentária anual;
- b) A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas não podem exceder os créditos orçamentários ou adicionais.
- c) A realização de operações de crédito não pode exceder o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante crédito suplementares com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- d) Abertura de créditos, suplementares ou especiais está condicionada a prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes;
- e) Impõem-se autorização legislativa para a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro; e
- f) A concessão ou utilização de créditos é limitada.

Esclarece a justificativa do Poder Executivo que o projeto de lei tem como intuito a utilização de recurso recebido em 2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, destinados a atender as demandas do Programa Escola em Tempo Integral.

A abertura de crédito especial se faz necessária quando não há dotação orçamentária específica, como ocorre no presente caso e como se verifica na Lei 4.320/64, que “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, nos artigos que abaixo se transcreve:

*“Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.”*

*“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:*

*I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;*

*II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;*

*III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”*